

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	210.481,00	5.284,00	215.765,00
Pessoal Ativo	176.434,00	3.817,00	180.251,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.047,00	1.467,00	35.514,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.947,00	5.242,00	35.189,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.628,00	4.249,00	6.877,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.319,00	993,00	28.312,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	180.534,00	42,00	180.576,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.094.218,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,027516%	0,000006%	0,027523%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,063041%		413.608,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,059889%		392.927,94
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,056737%		372.247,52

FONTE: SIAFI SOF/TRT14* 23-01-2014 - 15 h 5min

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas executadas com Precatórios da Administração Direta e Indireta de R\$ 1.001.603,74 e R\$ 7.333.837,84 respectivamente.

Despesas executadas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor de R\$ 3.131.034,95

DESEMBARGADOR FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

MARCOS ROGÉRIO REIS DA SILVA
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

CLEUVA SILVA SALES DE SOUZA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS